

[Próximo Texto](#) | [Índice](#) | [Comunicar Erros](#)

Projetos públicos em SP "expulsam" 165 mil pessoas

É o maior deslocamento populacional obrigatório já registrado no Estado

Maior parte das casas é irregular ou está em áreas de risco ou de proteção; obras incluem Rodoanel e megaparque

JOSÉ BENEDITO DA SILVA
DE SÃO PAULO

Projetos em execução pelo poder público em São Paulo vão desalojar compulsoriamente de suas casas cerca de 50 mil famílias em dez anos (2006-2015), no maior deslocamento populacional forçado já registrado no Estado.

Considerando 3,3 moradores por casa -média da prévia do Censo 2010-, o número de desalojados chega a 165 mil, mais que a população de São Caetano do Sul (153 mil).

A maioria das casas é irregular, está em áreas de risco ou preservação ambiental. Quase a metade das famílias desalojadas será atingida por ações de cunho ambiental.

A maior delas é o Várzeas do Tietê, um megaparque linear de 107 km de extensão que vai do extremo leste de São Paulo até Salesópolis, onde nasce o rio Tietê.

O projeto prevê desalojar 10 mil famílias em seis cidades, sendo a maior parte na região do Jardim Pantanal, onde remoções começaram após enchentes em 2009.

Outro ambicioso plano é o Programa Mananciais, que busca a despoluição das represas Billings e Guarapiranga e prevê demolir 8.500 casas irregulares no entorno.

O rol de projetos inclui remoções de favelas na Operação Urbana Água Espreada, obras viárias da prefeitura, o Rodoanel e a expansão do metrô -esta desapropriará imóveis até em bairros nobres como Morumbi.

A maioria dos projetos é executada pelo governo do Estado ou prefeitura, mas parte tem recursos do PAC (federal) ou financiamento de órgãos como BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e Banco Mundial.

Nem todos os removidos até agora conseguiram moradias do poder público. Em alguns casos, ganham auxílio-aluguel de R\$ 300 até serem encaixados em programas habitacionais em andamento. Em outros, recebem um pagamento -que varia de R\$ 5.000 a R\$ 8.000- e têm de procurar uma outra casa.

Para o ambientalista Carlos Bocuhy, da ONG Proam, a retirada das famílias de áreas de preservação é "demanda antiga e necessária", mas o poder público demorou para reverter o adensamento populacional nessas áreas. "As ocupações na Billings começaram na década de 80."

Para o arquiteto Kazuo Nakano, especialista em demografia, da ONG Instituto Pólis, o planejamento equivocado também amplifica os problemas das remoções.

"Fica muito complicado quando os agentes não apresentam alternativa de moradia." Para ele, os processos "não têm trabalho adequado antes, durante e depois".